



Atena  
Editora  
Ano 2021

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

**2**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



Atena  
Editora  
Ano 2021

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito

**2**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C749 Conhecimento, experiência e empatia: a envoltura do direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5983-036-7  
DOI 10.22533/at.ed.367210305

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Em **CONHECIMENTO, EXPERIÊNCIA E EMPATIA: A ENVOLTURA DO DIREITO 2**, coletânea de dezessete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito civil, direito das famílias e direito sucessório; estudos em trabalho e seguridade social; estudos sobre o meio ambiente; e outros temas.

Estudos em direito civil, direito das famílias e direito sucessório traz análises sobre direito da personalidade, direitos reais, responsabilidade civil, alienação parental, afeto, abandono afetivo e herança digital.

Em estudos em trabalho e seguridade social são verificadas contribuições que versam sobre trabalho e saúde, teletrabalho e princípios da seguridade social na realidade chilena.

Estudos sobre o meio ambiente aborda questões como políticas públicas, descarte de resíduos e política nacional de resíduos sólidos.

No quarto momento e último momento, outros temas, temos leituras sobre gestão empresária, desobediência civil, impostos e aspectos técnicos e jurídicos sobre etapa de produção de laticínios.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E A SUA TUTELA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Samara Monayari Magalhães Silva	
Andressa Rangel Dinallo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3672103051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
POR QUE DA SUPER VALORIZAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEL?	
Lorraine da Silva Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3672103052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NO CASO DE DANO ESTÉTICO	
Isabella Semionato da Silva Lima	
Nathália de Fátima Fernandes de Godoy	
José Geraldo Romanello Bueno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3672103053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
A DIVULGAÇÃO DA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA GARANTIDORA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Isabelle Pinto Antonello	
Alessandra NoreMBERG	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3672103054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
HUMANOS E NÃO HUMANOS: FAMÍLIAS PAUTADAS NO AFETO	
Valéria Koch Barbosa	
Rogers Alexander Boff	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3672103055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
ABANDONO AFETIVO: A CONSTRUÇÃO DO DESAMOR	
Júlia Brosso Said	
Júlia Martins	
João Victor Benito Quinalha Damiatti	
Henrique Name Colado Mariano	
Denise Santos de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3672103056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
APLICAÇÃO DO CIRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM CASOS DE DIREITO DE FAMÍLIA: UM RELATO EXTENSIONISTA	
Rosalina Moitta Pinto da Costa	

Camille de Azevedo Alves  
DOI 10.22533/at.ed.3672103057

**CAPÍTULO 8..... 72**

**HERANÇA DIGITAL: O DIREITO SUCESSÓRIO COMO NORTE LEGISLATIVO À TRANSMISSÃO MORTIS CAUSA DE DADOS REMANESCENTES**

Thiago Barcik Lucas de Oliveira  
Bianca Amorim Bulzico

DOI 10.22533/at.ed.3672103058

**CAPÍTULO 9..... 82**

**(IN) VISIBILIDADE LABORAL E DA SAÚDE DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA NO BRASIL**

Raimunda Hermelinda Maia Macena  
Rosa Maria Salani Mota  
Deborah Gurgel Freire  
Edyla Maria Porto de Freitas Camelo  
Renata Himovski Torres

DOI 10.22533/at.ed.3672103059

**CAPÍTULO 10..... 114**

**DIREITO À DESCONEXÃO DO TELETRABALHADOR BRASILEIRO: DANO MORAL OU DANO EXISTENCIAL?**

Aline Nunes Trindade  
Guilherme Conte  
Thiago y Castro

DOI 10.22533/at.ed.36721030510

**CAPÍTULO 11..... 134**

**LOS PRINCIPIOS DE LA SEGURIDAD SOCIAL Y EL SISTEMA DE REPARTO CHILENO**

Sergio Ehijos Mardones

DOI 10.22533/at.ed.36721030511

**CAPÍTULO 12..... 149**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Clara Carolina Roma Santoro  
Caroline Cristina Vissotho Oliveira  
Andréia Chiquini Bugalho

DOI 10.22533/at.ed.36721030512

**CAPÍTULO 13..... 157**

**A APLICAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA NO CONTEXTO DA MUNICIPALIDADE E O CONTEXTO HISTÓRICO DA DESCARTABILIDADE DE RESÍDUOS**

Andréa Arruda Vaz  
Francieli Korkievicz Morbini  
Marco Antônio Berberí  
Rayane Herzog Liutkus  
Tais Martins

DOI 10.22533/at.ed.36721030513

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>176</b>
<b>A CRISE AMBIENTAL E O ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA: UMA REFLEXÃO DO DIREITO E LITERATURA NOS DEZ ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	
Neide Aparecida de Souza Lehfeld	
Ana Celia Querino	
Lucas de Souza Lehfeld	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030514</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>188</b>
<b>GESTÃO EMPRESARIAL E ASSESSORIA JURÍDICA, UMA COMBINAÇÃO DE MEDIDAS PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL SEGURO</b>	
Rafael Monteiro Teixeira	
Ivan Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030515</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>194</b>
<b>A DESOBEDIÊNCIA CIVIL EMPREGADA AO NÃO PAGAMENTO DE IMPOSTOS</b>	
Geordan Fernando Putzke de Oliveira	
Mateus de Castro Marques da Costa	
Diogo Lopes Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030516</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>204</b>
<b>ASPECTOS TÉCNICOS E JURÍDICOS DO DESNATE DA GORDURA LÁCTEA EXTRAÍDA DA ETAPA DE FILAGEM DE QUEIJOS</b>	
Viviane Lemes da Rosa	
Irineu Scartezini Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.36721030517</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>220</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>221</b>

# CAPÍTULO 14

## A CRISE AMBIENTAL E O ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA: UMA REFLEXÃO DO DIREITO E LITERATURA NOS DEZ ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

*Data de aceite: 30/04/2021*

### **Neide Aparecida de Souza Lehfeld**

Graduada em Serviço Social e Pedagogia pela UNAERP. Mestre em Ciências pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Doutora em Serviço Social pela PUC - SP. Atualmente é consultora nacional da CAPES. Presidente da Comissão Própria de Avaliação -CPA Universidade de Ribeirão Preto. Presidente da Comissão Central de Pós-graduação da Associação de Ensino de Ribeirão Preto. Consultora ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Relatora de processos de Renovação de Reconhecimento de Curso de Graduação pelo Conselho Nacional de Educação do Estado de São Paulo. Registro ORCID n°. 0000-0002-3630-1134

### **Ana Celia Querino**

Graduada em Direito e Gestão Ambiental Especialista em Direito Ambiental. Mestre e doutoranda em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto, com bolsa pela CAPES/PROSUP. Registro ORCID n° 0000-0002-2851-7082

### **Lucas de Souza Lehfeld**

Graduado em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo Mestre em Direito das Obrigações pela Universidade Julio de Mesquita Filho. Doutor em Direito pela PUC – SP. Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra Atualmente é docente da Universidade de

Ribeirão Preto - Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito (Mestrado e Doutorado) e Tecnologia Ambiental (Mestrado e Doutorado). Docente do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos Avaliador de cursos de direito pelo Ministério da Educação (INEP) e Conselho Estadual de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Presidente da Comissão de Meio Ambiente da 12ª Subseção da OAB – Ribeirão Preto. Advogado na área de meio ambiente e administrativo. Registro ORCID n°. 0000-0002-0002-1021-0891

**RESUMO:** Este paper propõe uma reflexão jurídico-social a partir da obra de José Saramago, “Ensaio sobre a cegueira”, dirigindo-se o olhar aos desafios na consolidação e efetivação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. A pesquisa objetiva viabilizar formas de conclamação à cidadania ambiental para remediar a crise ambiental atual. Como recurso ao chamamento para a importância do dilema acerca dos resíduos sólidos, o enquadramento literário do objeto deste estudo induz à compreensão da necessidade de novas posturas para a superação da crise ambiental a fim de se ter garantida a sustentabilidade às futuras gerações. A partir da abordagem literária, propõe-se uma reflexão maior sobre as consequências da indiferença e falta de comprometimento com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. A metodologia adotada parte de premissas básicas do método indutivo e é baseada na pesquisa exploratório-bibliográfica, valendo-se de livros, artigos, sites,

revistas e conteúdos científicos de anais de Congressos, bem como análise da obra na versão literária e cinematográfica e de alguns expedientes da área de Direito e Literatura.

**PALAVRAS - CHAVE:** Ensaio Sobre a Cegueira. Direito e Literatura. Direito Ambiental. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Resíduos Sólidos.

## THE ENVIRONMENTAL CRISIS AND THE BLINDNESS TEST: A REFLECTION OF LAW AND LITERATURE IN US TEN YEARS OF THE NATIONAL SOLID WASTE POLICY

**ABSTRACT:** This paper proposes a legal-social reflection based on the work of José Saramago, “Blindness”, drawing a parallel with the global environmental crisis, focusing on the challenges in the consolidation and effectiveness of the National Solid Waste Policy. The research aims to make possible ways of calling for citizenship and implementing the procedural arrangements proposed in the law, to remedy the current environmental crisis. As a resource to the importance of the dilemma about solid waste, the literary framework of the object of this brief study proposes reflections, leading to an understanding of the need for new attitudes to overcome the crisis, with significant changes in order to guarantee sustainability future generations. Based on the literary approach, a greater reflection is proposed on the consequences of indifference and lack of commitment to the National Solid Waste Policy. The methodology adopted is based on basic premises of the inductive method and is based on exploratory-bibliographic research, making use of books, articles, websites, magazines and scientific content from Congress proceedings, as well as analysis of the work in the literary and cinematographic version and some files in the area of Law and Literature.

**KEYWORDS:** Blindness. Law and Literature. Environmental Law. National Solid Waste Policy. Solid waste.

## 1 | INTRODUÇÃO: DA RELAÇÃO ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Ensaio Sobre a Cegueira, versão cinema<sup>1</sup>, reproduzindo a obra literária do autor português José Saramago<sup>2</sup>, envolve uma narrativa tempo/lugar que abarca em seu bojo tantas outras narrativas, contextualizadas no cotidiano contemporâneo ocidental de personagens inominados, marcado pelas atribuições permanentes da vida – relações pessoais com suas preocupações, conflitos e vazios, problemas de trânsito, cumprimento de horários, jornadas exaustivas de trabalho, crimes, malandragem, desumanidades, atrocidades, solidariedades, etc. A rotina acelerada dos tempos pós-modernos retratada em diferentes versões e realidades sociais propõe ao leitor uma imersão no ambiente literário, conduzindo-o pelo caminho da percepção acerca do quão grande é o descaso para com as questões ambientais na contemporaneidade.

1 MEIRELES, Fernando. **Ensaio sobre a Cegueira – da obra de José Saramago**. (Blindness). DVD. Disponível em: Amazon.com.br. (filme). Acesso em: 07 set 2020.

2 SARAMAGO, José. **Ensaio Sobre a Cegueira**. Audiolivro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TxeB6Ftl-GKE>. Acesso em: 20 ago 2020.



Pretende-se na obra o pensar sobre a relação pessoal/social com os hábitos ambientais envolvendo a geração e destinação dos resíduos produzidos na sociedade pós-moderna.

O filme e livro induzem à compreensão da crise ambiental vivida nos tempos atuais, já que pessoas não a notam e não percebem, a olho nu, os enormes passivos ambientais – os lixões ainda existentes, bem como os improvisados que crescem nos entornos das cidades, principalmente nas áreas periféricas onde vive a população excluída.

Uma crise ambiental como produto da indiferença estatal somada ao descompromisso social acabaria por gerar proporções indesejáveis e consequências até incontornáveis. Na obra literária, a crise ambiental instalada parece gerar os seguintes efeitos:

- a) A paralisação do fornecimento de água que por si só compromete a alimentação e a qualidade de vida;
- b) Inoperância das estruturas de saneamento básico por arrefecimento do sistema de esgoto, face ao excesso do contingente populacional acima da capacidade;
- c) Desaparecimento da oferta dos bens de consumo;
- d) Surgimento de nova ordem social em que se vê o predomínio de reações instintivas nos comportamentos, mais típicos da *barbárie* que do arranjo civilizacional atual;
- e) Disputas acirradas em razão da fome, justificando guerras e extermínios, bem como ataques a estabelecimentos, sem qualquer resquício de compaixão ou solidariedade, instituindo a sociedade de risco<sup>3</sup>, com o predomínio do medo, da ameaça e da insegurança;
- f) Escassez e desaparecimento gradativo de alimentos e água, legitimando disputas e violência que demonstram a ausência do respeito ao ser humano;
- g) Império de injustiças e da sociedade sem direitos, com imposições de toda ordem *pelo mais forte*, lançando-se os oprimidos à exploração física e sexual;
- h) Instintos de sobrevivência a nortear as relações.

Em um sentido figurativo e simbólico, a cegueira humana do livro/filme parece conduzir a um tipo de indiferença quanto à percepção da necessidade de elaboração de planos para um conjunto de ações e iniciativas, envolvendo compromisso e preocupação como a manutenção da vida desses próprios indivíduos no momento atual bem como das próximas gerações.

Na arte analisada, antes que tudo tomasse maiores proporções e gravidade, é de se recordar os momentos em que o grupo vivia dentro das dependências do manicômio, local escolhido para quarentena dos cegos sob a tutela do Estado que apresentavam sinais de uma doença desconhecida e contagiosa.

À medida que tudo parece ganhar maiores proporções e gravidade, o espelho do caos vai refletir o acúmulo e aumento dos invólucros e embalagens, somado a outros

<sup>3</sup> Beck, Ulrich. *La sociedade del riesgo*. Barcelona: Paidós Essenciales, 2019, p. 24.

montes agigantados de detritos que vão se formando, somados com excrementos humanos e peças enferrujadas dos encanamentos de um local abandonado há muito tempo, em consequência do sistema sanitário arrefecido pelo excesso de usuários. O cenário se agrava face a inúmeros fatores: falta de higiene devido a impossibilidade de banhos, ferimentos, infecções, falta de leitos suficientes. Portanto, sem condições mínimas de repouso e refazimento, num ambiente propício ao surgimento de outras infecções.

O lixo acumulado é inversamente proporcional às condições de dignidade e respeito aos humanos. O descontrole no aspecto do aumento e acúmulo de resíduos gerados sem destinação correta e sem qualquer tipo de gestão marca o agravamento da crise social, humana e psicológica que acomete aquela sociedade analisada.

É possível afirmar que o avanço no trato dos resíduos sólidos em cada sociedade se relaciona diretamente a seu grau de maturidade e consciência em relação a sustentabilidade ambiental e, portanto, à qualidade de vida.

A narrativa literária expressa maior lealdade à mensagem do autor que procurou colocar a questão sob um cenário global, perfeitamente encaixável em qualquer sociedade contemporânea, demonstrando uma preocupação que deve ser difusa, por excelência.

Na obra cinematográfica, os pensamentos e percepções da narradora principal (esposa do médico) não se embasam em relação dialógica mais profundamente estabelecida com qualquer interlocutor.

No relato da personagem na obra literária – livro-áudio: a atenção do ouvinte se atrai à expressão de referência aos montes de lixo misturados a excrementos, onde tudo era “dobrado de um dia para o outro”, relatando sobre o “fedor como névoa densa pairando” sobre eles. Referindo-se aos aspectos das ruas, são essas suas descrições:

O lixo parecia multiplicar-se durante as horas noturnas. Parecia que vinham despejados de outro país, em contentores, do exterior. Viessem pela calada, carroças, caminhões fantasmas carregados de detritos, sobras, destroços, depósitos químicos, cinzas, óleos queimados, ossos, garrafas, vísceras, pilhas cansadas, plásticos, montanhas de papel (...).<sup>4</sup>

Muito mais do que o intuito de mostrar um cenário catastrófico futurista como recurso audiovisual cinematográfico, a obra pode representar um excelente instrumento didático aos fins do ensino jurídico, alertando-se para a importância do tema ambiental, com implicações de dimensões capazes de atingir limites mais audaciosos frente à permanente inércia e indiferença social, empresarial e estatal, perante a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A obra portuguesa, escrita no ano de 1995, e posteriormente levada a lume na versão cinematográfica, além de ter conquistado pensadores de renome na área do Direito e Literatura<sup>5</sup>, também serviu como aparato de ensino jurídico na disciplina de Direito

4 SARAMAGO, José. Ensaio Sobre a Cegueira. Audiolivro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Txe-B6FtIGKE>. Acesso em: 20 ago 2020.

5 KARAM, Henriete. A Poética da Visão de J. Saramago: Algumas Questões para Pensar a Hermenêutica Jurídica.

Ambiental e à educação ambiental, como beneplicito para o mundo e às futuras gerações. Notadamente reconhecida como de grande importância, tanto nos estudos literários quanto nas áreas das ciências sociais, ambientais, etc., permite extrair aspectos jurídicos de amplo espectro, propondo reconhecimentos fáticos e jurídicos apontadores para a consolidação da cidadania ambiental, envolvendo a participação efetiva da sociedade na elaboração e concreção de políticas públicas da área.

Neste *paper*, busca-se compreender e projetar as consequências ambientais da inobservância e descaso para com os traçados e diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos que no Brasil completou 10 (dez) anos, com a Lei 12.305, de 05 de agosto de 2010<sup>6</sup>, com decreto de 2010<sup>7</sup> com revisão recente pelo governo federal<sup>8</sup>.

Finalmente, sugere-se o desafio de se propor uma pedagogia de compreensão contextualizada da Política Nacional de Resíduos Sólidos, imersa no cenário retratado na obra, com desdobramentos e deduções projetadas acerca das consequências da sua não implantação.

## 2 | APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos, já reportamos em outro momento:

A lei que institui a PNRS (...) constitui-se em elemento construído de um novo tempo de consciência e atitudes ambientais, bem como num mecanismo propício a uma possível, gradativa e real reversão dos quadros de destruição ambiental, à medida que aponta institutos e conceitos que imprimem novas formas de cuidado e responsabilidade ambientais<sup>9</sup>.

O problema dos resíduos sólidos é complexo nas sociedades atuais. A formulação da legislação é fundamental, contudo se não for concretizada nada resolve.

Como já referido, o presente estudo visa contemplar na obra de arte referenciada, tão oportuna, uma ótica da PNRS, norteando esta análise para a conexão com os princípios específicos da proteção ambiental ligada à área dos resíduos sólidos.

Nesta trilha histórica, importa anunciar de antemão que a Política Nacional de Resíduos implantada no Brasil por lei federal possui ressonância com a inaugurada era da preocupação e consciência ambiental no Brasil, o que se dá com a Lei da Política

---

Anamorphosis - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, RDL, v. 4, n. 2, p. 519-542, jul-dez 2018. Acesso em: 20 Ago 2020.

6 BRASIL. Lei 12.305, 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

7 BRASIL. Decreto 7.404, de 2010. Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 09 set 2020.

8 BRASIL. Decreto 10.240, de 2020. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

9 QUERINO, Ana Célia; HERINGER, Helimara Moreira Lamounier. A Construção Civil na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Transformações Ambientais a partir do Controle Social e Ação Civil Pública. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, n. 7, p. 674-689, out/2019. ISSN 2358-1557.

Nacional do Meio Ambiente<sup>10</sup>, instrumento legal responsável pela implantação do estado democrático de direito na esfera ambiental no país.

O citado instrumento legal é de grande importância. “Lei-mãe” da política ambiental no Brasil, no dizer de Antonio Herman<sup>11</sup>, anuncia objetivos nitidamente sociais e é atenta aos ditames de solidariedade com o planeta. Surgida no início dos anos 80, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é fruto do alinhamento e adesão do Brasil às consagrações e orientações da comunidade internacional para a proteção ambiental a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (1972 – Estocolmo), que consagrou o tema como compromisso mundial.

Contudo, antes, disso, o início do histórico de legislação com referências ambientais, no Brasil, já remonta aos primórdios do século passado, porém com demonstrações bem tímidas. Nos anos 30, surge o Código das Águas de 1934, a exemplo disso.

Nos anos 40, a legislação criminal dá superficiais contornos criminais a fatos da esfera penal, envolvendo o ambiente. O Código Penal tipifica condutas lesivas, como o incêndio (artigo 250) e o envenenamento de água potável (artigo 270)<sup>12</sup>. No entanto, é claro de se ver que os dispositivos penais não visam à proteção do meio ambiente ou de qualquer de seus elementos, mas sim, da pessoa humana.

A temática ambiental somente vai ganhar vulto na esfera penal já quase na virada do século, com a Lei de Crimes Ambientais, ao final dos anos 90<sup>13</sup>, também conhecida como Crimes Ambientais, apresentando diretrizes para a proteção ambiental na esfera judicial e administrativa.

A questão ambiental no Brasil continua a perpassar a legislação de forma tímida, até que nos anos 60 tem-se a publicação do Livro Primavera Silenciosa<sup>14</sup> que ganha atenção global para o tema.

A partir da citada Conferência de Estocolmo (1972) tem-se as pautas para uma agenda global, em termos mais ou menos uníssonos, abarcando a proteção ambiental em escala mundial, como ordem do dia. A partir disso, vários instrumentos e eventos mundiais vão marcar o caráter impositivo de compromisso com o respeito ao meio ambiente como dever de todos, impondo à humanidade o direito de tê-lo com qualidade saudável, como necessário à vida das atuais e futuras gerações.

O discurso da comunidade internacional apela para a tutela ambiental nas ordens internas dos estados nacionais, que, em maior ou menor escala, dependendo do perfil e primazia dos interesses que conduzem as políticas econômicas e sociais de cada estado-

10 BRASIL. 1981. Lei 6.938. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.br](http://www.planalto.br). Acesso em: 07 set 2020.

11 BENJAMIN, Antonio Herman De Vasconcellos E. O Meio Ambiente a Constituição Federal De 1988. Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 19, n. 1, jan./jun. 2008.

12 BRASIL. Decreto-lei 2.848. Código Penal. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

13 BRASIL. Lei 9.605, de 1998. (Lei de Crimes Ambientais) Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

14 CARSON, Rachel. Primavera Silenciosa. São Paulo, Gaia: 2013.

nação, vão aderindo e ampliando o leque de discussões e negociações reflexas em posturas assumidas.

No Brasil, com a política progressista e a implantação de uma era de forte industrialização nos anos 80, reforça-se no país a necessidade do cuidado com os recursos naturais. Nesse cenário, configurado numa década caracterizada por intensa atividade potencialmente nociva ao ambiente e, poucos anos antes da promulgação da Constituição Federal, tem-se o que pode ser entendida como a antessala legislativa para a proteção ambiental (agora) constitucional, instrumentalizando a tutela ambiental via do processo judicial coletivo que passa a ganhar uma compreensão sistêmica e ampliada, à luz dos direitos coletivos. Isso se dá por meio a Ação Civil Pública e seus tantos aparatos integrantes (inquérito civil, termo de ajustamento de conduta, etc.)<sup>15</sup>. Alguns destes vão ganhar ajustes posteriormente no Código de Defesa do Consumidor<sup>16</sup>.

A proteção ambiental vai se tecendo no decorrer da história, em termos da legislação material no campo administrativo, bem como constitucional e processual.

É de se lembrar que, com o advento da Carta Política em 1988, o meio ambiente ganha *status* de positividade constitucional, no artigo 225, o que alarga o papel do Estado, dos cidadãos e de qualquer seguimento social na inserção ambiental, ganhando maior visibilidade, embasando lutas socioambientais e jurídicas, já que, a partir do advento da Lei Maior, fruto de árduos embates de grupos profundamente envolvidos, tem-se a democratização do processo constitucional envolvendo a questão ambiental.

O cuidado com os recursos ambientais ganha caráter holístico, estendendo-se por todo o ambiente que precisa permanecer saudável, como condição essencial à vida.<sup>17</sup>

A partir da Constituição Federal de 1988 tem-se no Brasil vasto aparato normativo. Várias políticas surgem na forma de lei, ligadas à educação ambiental, política de recursos hídricos, novo Código Florestal, etc.. A Política Nacional de Resíduos Sólidos surge nesta trilha, instituída como Política no Brasil a partir da promulgação da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto 10.240, de fevereiro de 2020.

### **3 | ANÁLISE DA OBRA SOB O PRISMA DE DIREITO, LITERATURA E CINEMA E A POLIFONIA PARA A CIDADANIA AMBIENTAL**

A narrativa envolve personagens anônimos, identificados por descrições físicas ou condições funcionais: profissão, menino, médico, primeiro cego. O espaço-cenário se enquadra em qualquer cidade contemporânea do mundo, no contexto pós-moderno, associado ao sentido de sociedade de produção e consumo que é reforçado por hábitos,

---

15 BRASIL. Lei 7.347, de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

16 BRASIL. Lei 8078, de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 07 set 2020.

17 MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. São Paulo, RT: 2005.

costumes e caracteres do cotidiano comum.

Na obra literária há maior quantidade de diálogos que na produzida para o cinema. As falas no livro se restringem ao âmbito do pensamento da narradora principal, em pensamentos e divagações pessoais introspectivas na maior parte do tempo.

Quanto ao papel narrativo da personagem, a dona de casa que assume o papel de protagonista, suas emoções muitas vezes assumem o papel de sujeito- personagem, substituindo a narradora em suas expressões verbais, “falando” por ela.

Os questionamentos da narradora, explicitados no livro, expõem os limites da linguagem exercida, favorecendo uma interação contida e tímida, que acontece entre os personagens por via dos diálogos superficiais em que ela, narradora, revela aos seus interlocutores apenas parte das descrições do mundo grotesco à sua volta.

Na produção cinematográfica não se tem a utilização do recurso dialógico verbal como fator de maior destaque. A linguagem se dá através de símbolos reproduzidos pelas imagens.

Conclui-se que a narrativa é mais descritiva na obra literária e mais visual na cinematográfica, claro. Todavia, a riqueza de detalhes da versão escrita remete automaticamente a um imaginário forte que se instala na mente do interlocutor.

O *Ensaio* encaixa-se perfeitamente no campo crítico de várias áreas: direito, filosofia, gestão ambiental, serviço social, administração, turismo, literatura, saúde, sociologia, etc., desdobrando-se em sub-áreas, como políticas públicas, desigualdades, direitos humanos, prestação de serviços públicos, direito de coletividades, condições de trabalho, cidadania, dignidade, exclusão, preconceito, ausência do estado, etc.

Tanto na versão literária quanto cinematográfica, o papel da narradora protagonista é referenciado no permanente cuidado sobre todos, privilégio da condição de “ser a única a ver”, o que lhe encarrega da responsabilidade pelo grupo, na atitude de incorporação do papel social de provedora das necessidades e cuidados para com todos.

A narradora, no papel servil de devotada dona de casa, assume o *mister* de liderança por força das condições que a tornam a única habilitada, como a protagonista do filme “As Sufragistas”<sup>18</sup>, obra que entra para o cinema como clássico da temática. Protagonistas que não se julgam merecedores ou capacitados, que como tal não se reconhecem.

Tal ato – o papel de liderança e cuidado da narradora - pode ser associado à cidadania ambiental e, portanto, à responsabilidade dos atores sociais na propagação do conhecimento e das orientações da PNRS, para sua efetiva implantação. Nesse sentido, oportuno é o paralelo com o controle social e sua função na própria PNRS, no artigo 3º, VI, como expressão desta cidadania<sup>19</sup>:

---

18 GAVRON, Sahah (direção). As Sufragistas. Produção em inglês de longa-metragem para cinema, sob o título Suffragette, tendo em elenco Carey Mulligan, Helena Boham Carter e Meryl Streep. Roteiro de Abi, Morgan. DVD Vídeo, 2015.  
19 BRASIL, Lei 12.305, de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 3º, VI. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 02 Feb 2021.

Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

Cabe à cidadania ambiental, como fruto interligado e decorrente da democracia ambiental – pelo menos esta democracia se evidenciou na formulação da política, com a lei promulgada - vir a ser efetivamente perseguida com o fim de ser incorporada no âmbito espiritual dos seus atores. Sem isso, não há que se falar em ações com vistas às transformações necessárias para a mudança dos rumos ambientais para se estabelecer nova ordem no âmbito dos resíduos sólidos.

Essa cidadania ambiental, segundo Leite e Ayala (2004)<sup>20</sup>, parece difícil de ser atingida, especialmente num tempo em que o descaso com as condições ambientais se mostram tão reforçados. A cada dia parece mais difícil crer numa transformação significativa nas posturas sócio-políticas de realmente se comprometerem com o bem estar de todos, em termos de respeito aos resíduos sólidos (diminuição, destinação correta, reciclagem, etc.). A obra simboliza alerta para que o mundo não se torne um monte de lixo, ou uma série dos mesmos tão comuns nas periferias, nos entornos das cidades, nas áreas onde habita a pobreza, a população excluída das políticas públicas e do valor estético do ambiente como direito fundamental.

A responsabilidade ambiental na área dos resíduos sólidos parece demandar esforços hercúleos, cuidados, tratativas, planejamento, envolvimento social e estatal, conhecimentos e habilidades de diferentes áreas e um empenho sobre-humano na busca de se ver a política *começando* a funcionar como precisa, ou seja, de forma síncrona, pelos tantos municípios do país, como uma orquestra a tocar uma harmonia que envolve várias vozes e sons, em singular sintonia.

Na área de resíduos sólidos, a polifonia, instituto de Direito e Literatura, também encontra perfeita aderência. Reforça-se a compreensão deste instituto de literatura, para melhor entendimento da ideia de cidadania ambiental.

Tomando-se as lições de Paulo Afonso Leme Machado, o conceito polifonia poderia receber como tradução para a linguagem do Direito, contendo o sentido de *cooperação*, já previsto como *princípio* da PNRS, ao que tal mestre leciona, invocando o que se lê no artigo 6º, VI, da PNRS (a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais seguimentos da sociedade):

Cooperar é agir conjuntamente e não separadamente e de forma antagônica. Trata-se de uma integração na política dos resíduos sólidos, na formulação de normas e na sua implementação, entre o Poder Público, as empresas e os segmentos da sociedade. (...) A presença de um princípio como esse conteúdo mostra a todo momento que a tarefa não é somente de um setor<sup>21</sup>.

20 LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Direito Ambiental na Sociedade de Risco. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

21 MACHADO, Paulo Afonso Leme. Princípios da política nacional de resíduos sólidos. Revista do Tribunal Regional

Torna-se fundamental essa cooperação com os diferentes agentes que compoem a rede de transformação ambiental: as instituições sociais, os segmentos empresariais, as organizações políticas, as cooperativas de catadores, os núcleos acadêmicos, enfim, todos com importantes papéis na nova estruturação que demandam os resíduos sólidos. Sem essa teia de envolvimento, não se tem a transformação e a política não triunfará.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA OU ENSAIO CONTRA A CEGUEIRA?

Ao expor um mundo caótico totalmente alterado e imerso em montanhas de detritos, dejetos, rodeado por putrefação, odores insuportáveis, decorrentes do aumento desordenado dos resíduos sólidos, anteriormente denominados simplesmente como lixo, expressão substituída na literatura científica contemporânea por resíduos sólidos, a obra aqui analisada delinea notório perfil ambiental.

A efetivação da PNRS, que já completou seus dez anos no Brasil, demanda muita transformação e mudança nas sociedades de consumo. Para a realização desta política é urgente a adesão do todo o corpus social, comprometimento dos mais variados setores, seguimentos e organizações, na construção de um novo pensar e agir.

Nesta década de existência, poucos resultados foram registrados.

Um dos pontos da política, no aspecto dos direitos humanos, é a valorização das cooperativas de catadores, sendo estas um dos mais resultados ressaltados no corpo da lei, sem ter recebido do poder público o olhar devido.

Não se pode negar que a política, em termos de planejamento, perfaz um caráter amplo de democratização, vez que, em tese, foi pensada envolvendo uma gama de agentes para a transformação. Porém, como a Constituição Brasileira, a PNRS, por si só, não sai do papel sozinha, não se realiza, não ganha corpo na vida social, cultural e política, devendo ser consolidada por meio do compromisso dos agentes da transformação.

## REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **La sociedade del riesgo**. Barcelona: Paidós Essenciales, 2019.

BENJAMIN, Antonio Herman De Vasconcellos E. O Meio Ambiente a Constituição Federal De 1988. **Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2008.

BRASIL. **Decreto-lei 2.848, de 1940**. Código Penal. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

BRASIL. **Lei 6.938, de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.br](http://www.planalto.br). Acesso em: 07 set 2020.

---

Federal da 1ª Região, v. 24, n. 7, jul 2012. p. 25 -33.



BRASIL. **Lei 7347, de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. Disponível em: [www.planalto.br](http://www.planalto.br). Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Lei 8078, de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

BRASIL. **Lei 12.305, de 2010**. (Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 2008 e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.br](http://www.planalto.br). Acesso em: 07 set 2020.

BRASIL. **Decreto 10.240, de 2020**. Regulamenta o inciso VI do caput do art. 33 e o art. 56 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e complementa o Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017, quanto à implementação de sistema de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 07 set 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo, Gaia: 2013.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. 30 Anos de Direito Ambiental Constitucional: A Consolidação do Direito Ambiental Brasileiro em Proveito da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica OAB/RJ** | Edição Especial – Direito Ambiental, 2017. Disponível em: <http://revistaeletronica.oabrj.org.br>. <http://revistaeletronica.oabrj.org.br/wp-content/uploads/2017/11/FIORILLO-Celso.-30-anos-de-direito-ambiental-constitucional- Celso-Fiorillo.pdf>, Acesso em: 09 set 2020.

GOMES, Murilo de Assis Macedo. De *O Ano de 1993 a Ensaio Sobre a Cegueira*: A Construção do Espaço Marginal na Obra de José Saramago. **Revista Desassossego** n. 8, 2012. Disponível em: [revistas.usp.br/desassossego/article/view/49936/54057](http://revistas.usp.br/desassossego/article/view/49936/54057). Acesso em: 07 set 2020.

KARAM, Henriete. A Poética da *Visão* de J. Saramago: Algumas Questões para Pensar a Hermenêutica Jurídica. **Anamorphosis** - Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, RDL, v. 4, n. 2, p. 519-542, jul-dez 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.21119/anamps.42.519-524>. Acesso em: 07 set 2020.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Princípios da política nacional de resíduos sólidos. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 24, n. 7, jul 2012. P. 25 -33.

MEIRELES, Fernando. **Ensaio sobre a Cegueira – da obra de José Saramago**. (Blindness). DVD disponível em: [Amazon.com.br](http://Amazon.com.br). (filme). Acesso em: 07 set 2020.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

QUERINO, Ana Célia; HERINGER, Helimara Moreira Lamounier. A Construção Civil na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Transformações Ambientais a partir do Controle Social e Ação Civil Pública. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, n. 7, p. 674-689, out/2019. ISSN 2358-1557. Disponível em: <http://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1690/1431>. Acesso em 07 set 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio Sobre a Cegueira**. Audiolivro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TxB6FtIGKE>. Acesso em: 20 ago 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abandono afetivo 5, 6, 63, 64, 65, 66

Afeto 5, 6, 42, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 65

Alienação Parental 5, 6, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 69

### C

Civil 5, 6, 8, 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 50, 52, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 95, 98, 117, 126, 131, 137, 166, 167, 179, 181, 185, 186, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 217, 219

Conhecimento 2, 5, 21, 44, 65, 78, 99, 109, 121, 129, 150, 153, 154, 161, 170, 172, 182, 188, 215

Crise Ambiental 8, 175, 177

### D

Dano Estético 6, 25, 29, 32, 33, 34, 35

Desnate 8, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Desobediência Civil 5, 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202

Direito 2, 5, 6, 7, 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 93, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 151, 152, 155, 156, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 213, 217, 219

### E

Empatia 2, 5, 70

Empresarial 8, 72, 159, 160, 163, 170, 171, 172, 173, 178, 183, 187, 188, 189, 190, 191

Experiência 2, 5, 21, 88, 128

### F

Família 6, 12, 31, 38, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 84, 90, 108, 120, 125, 127, 130, 131, 132

Filagem de queijos 8, 203, 205, 206, 207, 216, 217

### H

Herança Digital 5, 7, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Home Office 71

## **I**

Impostos 5, 8, 18, 20, 28, 65, 188, 190, 193, 194, 197, 198, 199, 201

## **M**

Meio Ambiente 5, 7, 60, 67, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 162, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 180, 181, 184, 204, 214, 215, 218, 219

## **P**

Personalidade 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 29, 34, 63, 64, 73, 75, 78, 79, 80, 116

Política Nacional de Resíduos Sólidos 5, 8, 156, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186

Princípios 5, 1, 10, 39, 40, 56, 57, 58, 89, 91, 133, 149, 150, 151, 154, 179, 183, 185, 190, 193, 194, 195, 205, 217

## **R**

Reais 5, 45, 98, 129, 216

Relato 6, 67, 88, 178

Resíduos 5, 7, 8, 149, 152, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Responsabilidade Civil 5, 6, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 63, 126, 217

## **S**

Saúde 5, 7, 27, 40, 42, 45, 48, 49, 58, 82, 83, 85, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 120, 124, 129, 156, 161, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 182, 187, 189

Seguridade Social 5

## **T**

Teletrabalho 5, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 127, 130, 131, 132

Trabalho 5, 15, 35, 40, 42, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 148, 150, 156, 176, 182, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 196, 205

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito **2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Conhecimento, Experiência e Empatia:

A Envoltura do Direito **2**

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 